CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA

PARECER sobre o Projeto de Lei nº 2.397, de 2007, que dispõe sobre a proibição de uso de 'paus-de-arara' como transporte escolar”.

(Apenas os PLs. nº 2.561/07 e 2.944/08)

Autor: Deputado **JOÃO CAMPOS**

Relator: Deputado **JOSÉ GENOINO**

I - RELATÓRIO

No dia 08-07-2009 pedi a retirada de pauta e a devolução do presente Projeto de Lei, para melhor exame da matéria.

Dessa nova apreciação, decorreu enfoque diferente e nova conclusão sobre a matéria, daí que apresento este parecer.

De autoria do Deputado João Campos, é o presente Projeto de Lei, que proíbe o transporte escolar de crianças e adolescentes por meio dos veículos abertos, tipo “paus-de-arara”, pelos municípios que sejam responsáveis por tal transporte, propondo-se a punição do prefeito nos casos de descumprimento da norma.

A medida sob exame foi formalizada e convertida em proposição, pelo autor, ao ter ele a sensibilidade de perceber o alcance da proposta feita pela estudante Mallena Nogueira, de 13 anos de idade, então aluna da 7ª série da Escola Deputado Joaquim de Figueiredo Corrêa, de Iracema, Ceará, em 25-10-2007, no programa Câmara Mirim. Na ocasião, a estudante foi à tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados e afirmou que, no interior do Ceará e em outras localidades do Nordeste, as crianças têm o transporte escolar feito em “paus-de-arara”, quando correm todos os riscos possíveis, até mesmo de morte, numa prova evidente de que o Código de Trânsito Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbem essa prática, não são obedecidos naqueles lugares.

Diz ele, na Justificação, que “a realidade denunciada por Mallena é comum no sertão nordestino. Estudantes viajam amontoados em paus-de-arara”. Sobre isso, Mallena destacou que “as costas doem por causa do impacto com as ripas de madeira”.

Lembra muito bem o Autor que “em agosto (isto em 2007), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa Caminhos da Escola. Prefeituras interessadas na aquisição de ônibus escolar podem comprar o modelo específico para o tráfego na zona rural com isenção do ICMS...As prefeituras poderão recorrer a linha de crédito do BNDES para a aquisição dos ônibus específicos do programa...”. Evidentemente esse programa do Governo do Presidente Lula precisa ser divulgado. É mais uma política social de imenso alcance, cujos beneficiários são crianças de hoje deste País, como a autora intelectual da proposição sob exame, a estudante Mallena, de 13 anos de idade. Ela precisa ser, portanto, beneficiária direta desse programa e uma testemunha emocionada de mais essa obra meritória do Governo Lula.

Há duas proposições em apenso. Uma, do ilustre Deputado Paulo Henrique Lustosa (PL 2.561), que altera a redação do art. 136, I, do Código de Trânsito Brasileiro, para explicitar a vedação ao uso de “veículos de carga ou misto” no transporte de

escolares. Altera também a redação dos arts. 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para lhes acrescentar parágrafos em que se prevê, inclusive, o crime de responsabilidade do gestor público. A outra proposição apensada é o PL 2.944/2008, do ilustre Deputado Gonzaga Patriota, que objetiva acrescentar parágrafo ao art. 136 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para permitir a suspensão de algumas exigências do referido artigo face a condições de transporte disponíveis em regiões pobres e áreas rurais e em situações de emergência, após “constatação formal do Ministério Público”.

A Comissão de Viação e Transportes opinou pela rejeição do Projeto principal e do segundo apensado, sendo favorável à aprovação do primeiro apensado.

Compete a esta Comissão, nos termos da alínea “a”, do inciso IV, do art. 32 do Regimento Interno, o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, por despacho de 18-12-2007, neste caso, também do respectivo mérito.

II – VOTO

A matéria é de competência da União e não há reserva de iniciativa.

O Projeto principal apresenta defeitos formais de redação normativa, que devem ser corrigidos em substitutivo que apresento ou em redação final. Principalmente para que não se perca, na formalidade, uma proposta tão cheia de necessidade, carência, emoção e vontade, como foi o caso da estudante Mallena. Quem mais sofre na sua própria experiência os riscos de práticas irresponsáveis como essa é quem mais tem autoridade moral e melhor pode depor sobre, digamos, a verdade humana e social do sacrifício e do custo que é viver e sobreviver. Por isso, não se pode perder a oportunidade de viabilizar a aprovação de medida proposta tão genuinamente apresentada ao Parlamento.

As proposições apensadas têm boa técnica legislativa.

Não há vícios de inconstitucionalidade, nem injuridicidade no Projeto principal e no primeiro apensado.

O segundo apensado, entretanto, contém evidente violação do princípio constitucional da igualdade, pelo fato de restringir o âmbito de aplicabilidade das normas que propõe a território, pessoas e situações específicas, portanto com tratamento diferenciado entre escolares de todo o País. É que, na prática, ele autoriza que apenas os escolares residentes em localidades mais bem servidas de recursos humanos e técnicos tenham a proteção tida como necessária no transporte escolar. Aos demais, as exceções admitidas no Projeto sonegam essa proteção. Por tais motivos, o segundo Projeto apensado é inviável.

O primeiro projeto apensado está correto ao endereçar a disposições do ordenamento as alterações que se contêm nas inovações que propõe.

Volto ao Projeto principal, para ressaltar que, considerando-se haver uma vedação geral ao uso do transporte escolar em veículos de carga e misto, o PL 2.397/07 apresenta a redundância de disciplinar, especificamente, o transporte em veículos denominados “pau-de-arara”, que são usados em algumas regiões do País. Ainda que contendo essa reiteração de norma geral proibitiva preexistente, não vejo problema nessa especificação, eis que se trata de uma situação de alto risco para crianças e adolescentes que precisam usar o transporte escolar e não podem ficar sujeitos aos riscos de utilizam de veículos inadequados e perigosos, ademais de já serem proibidos na lei. Daí que a vedação específica, ou reiterada, não prejudica. É uma abundância normativa que não prejudica.

Ante o exposto, opino

a) pela constitucionalidade, juridicidade e com a correção da respectiva técnica legislativa, na forma do substitutivo que apresento e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.397/07;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.561/07;

c) pela inconstitucionalidade do PL nº 2.944/08.

Sala da Comissão, em, 31 de agosto de 2009.

Deputado **JOSÉ GENOINO**

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 2.397/2007

Dê-se ao PL nº 2.397, de 2007, que dispõe sobre a proibição do uso de “paus-de-arara” como transporte escolar, a seguinte redação:

Art. 1º. É proibido o uso de carros abertos, do tipo caminhões, caçambas, caminhonetas, pampa, que se caracterizam como os chamados “paus-de-arara”, em qualquer transporte escolar, especialmente de crianças e adolescentes.

§ 1º Se a responsabilidade pela gestão, administração e execução desse transporte for do Poder Público municipal, em caso de qualquer acidente envolvendo crianças e adolescentes os responsáveis deverão ser punidos, administrativamente, inclusive com a perda do cargo que exerçam, até mesmo o prefeito, dependendo da gravidade do acidente, com morte ou não das pessoas nele envolvidas, independentemente das sanções civis e penais cabíveis e aplicáveis a que fiquem sujeitos.

§ 2º Os responsáveis pelo transporte escolar prestado por particular, individualmente ou por empresa, estarão sujeitos às sanções civis e penais cabíveis,

em recíproca responsabilidade solidária com o agente ou servidor público que tenha autorizado a execução do serviço ou contrato de transporte escolar.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor seis meses após sua publicação.

Sala da Comissão, em, 31 de agosto de 2009.

Deputado **JOSÉ GENOINO**